



III SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS - URBFAVELAS
Salvador - BA - Brasil

O SERVILUZ QUE TEMOS, O SERVILUZ QUE QUEREMOS... O SERVILUZ QUE QUEREM
VENDER

Valéria Pinheiro (UFC) - pacienciarevolucionaria@gmail.com

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Ceará (2003), especialização em gestão de projetos sociais pela UNIFOR (2006) e Mestrado em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ (2014) - Conceito Capes 6. É pesquisadora do Laboratório de

Breno Santiago Holanda (UFC) - brenosholanda@gmail.com

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Ceará (2018). Tem experiência na área de Planejamento Urbano e Regional, com ênfase em Técnicas de Planejamento e Projeto Urbanos e Regionais, atuando principalmente nos seguintes te



O Serviluz que temos, o Serviluz que queremos... o Serviluz que querem vender

RESUMO:

Pensar uma cidade é tarefa difícil e deve ser realizada por toda a população, norteadada pelo interesse público, bem como as mudanças nos territórios e decisões mais estruturais devem, necessariamente, ser realizadas por diversos segmentos, conforme o princípio da gestão democrática da cidade. O presente artigo, derivado de pesquisa-ação do Laboratório de Estudos da Habitação da Universidade Federal do Ceará (LEHAB/UFC), tem por objetivo explicitar as exorbitantes diferenças existentes entre as necessidades e desejos da população da comunidade do Serviluz com o que efetivamente é planejado e executado pelo Poder Público, através de projetos que visibilizam um modelo de cidade capitaneado por interesses privados.

Palavras-chave:

Serviluz, Fortaleza, Zona Especial de Interesse Social

ST-1: Projeto, Processo, Superação de Limitações

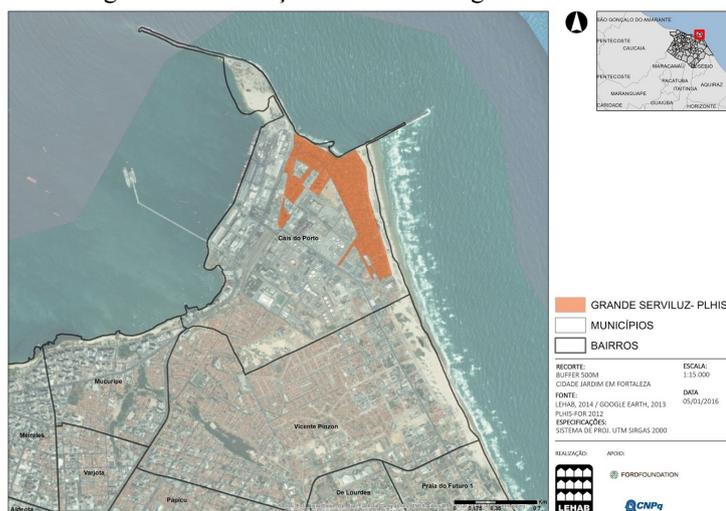
1 INTRODUÇÃO

O território do Serviluz, que não é reconhecido oficialmente como bairro (fica entre os bairros Cais do Porto e o Vicente Pinzon), tem sua existência marcada na história de Fortaleza, notadamente nos processos de resistência. Localizado no extremo nordeste da cidade, formou-se a partir da imigração em busca de oportunidades de emprego proporcionadas pelo Porto e pela zona industrial que ele abriga. Além disso, foi progressivamente ocupado por famílias provenientes de diversos processos de remoção ocorridos no seu entorno.

A faixa da orla de Fortaleza é majoritariamente composta por comunidades de baixa renda, com exceção de alguns trechos (Meireles e de parte das praias de Iracema, do Futuro e do Mucuripe). Assim, a precariedade é característica do nosso litoral, seja em comunidades mais antigas seja nas mais recentes.

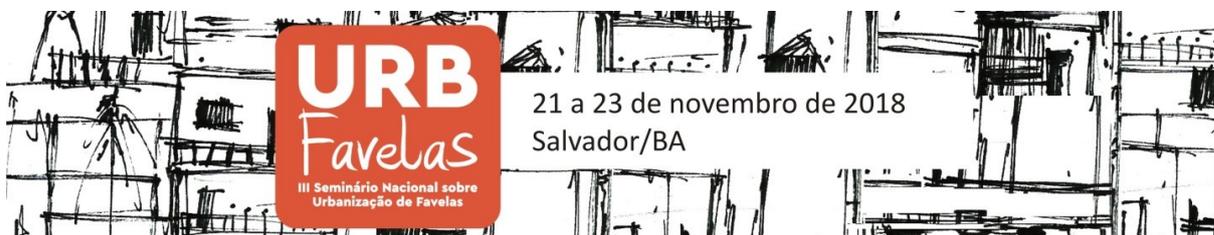
Em virtude de sua localização privilegiada, entre dois principais pontos turísticos da cidade, a Beira Mar e a Praia do Futuro, o Serviluz foi alvo, ao longo da história, de algumas tentativas de intervenções públicas e privadas que sinalizavam para a expulsão de grande parte dos seus moradores e moradoras. Tais tentativas inserem-se na opção governamental por projetos que favorecem os processos de especulação imobiliária e desconsideram as possibilidades de gestão democrática das cidades.

Imagem 1: Localização do Serviluz segundo dados do PLHIS-FOR.



Fonte: LEHAB (2016).

Também com as mesmas justificativas oficiais de trazer melhorias sociais e urbanísticas para o Serviluz, surge o Projeto Aldeia da Praia, que, com recursos do Programa



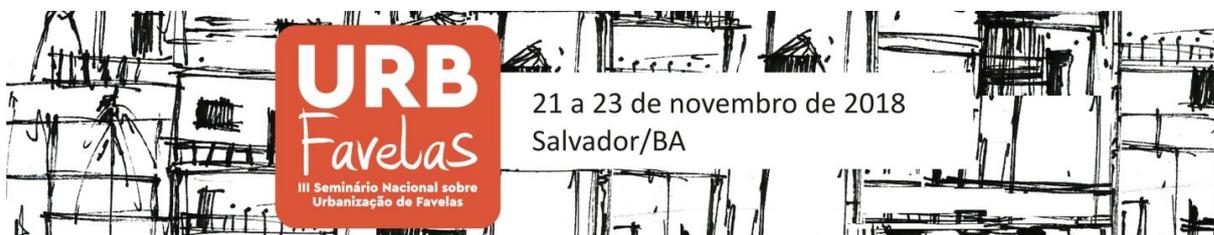
de Aceleração do Crescimento (PAC), previa onze ações prioritárias e número de remoções previstas era variado, inclusive no mesmo documento. Este mesmo estudo que traz a listagem de ações - o Estudo de Avaliação Ambiental Estratégico (EEAA) -, elaborado pela GeoLogic em novembro 2011, informa que

A intervenção na região do Serviluz, denominada Aldeia da Praia, visa principalmente à fixação da população residente num espaço com qualidade urbana e provido dos serviços indispensáveis ao desenvolvimento social. Em função da alta densidade habitacional atual (5000 famílias em 15ha), a parcela das famílias que não poderem (sic) continuar residindo na região do Serviluz (2500 famílias) estritamente em razão da limitação de espaço, será reassentada no Projeto Aldeia das Dunas, na área da Praia do Futuro, com a mesma tipologia habitacional, infraestrutura e serviços projetados para o Aldeia da Praia a uma distância de 2,5km (GEOLOGIC, 2011, p.25).

No Plano de Trabalho Social elaborado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (Habitafor) para o Projeto de Requalificação Urbanística, Social e Ambiental da Comunidade Titanzinho/Serviluz, o número de famílias a serem removidas/reassentadas é 1024, e 1181 é o número de imóveis onde seriam realizadas melhorias habitacionais (FORTALEZA, 2011, p.2).

Em planos e projetos recentemente apresentados acontecem mais e mais previsões de intervenções neste território. É importante destacar que essas ações propostas estão sendo pensadas para uma área que é Zona Especial de Interesse Social (ZEIS). Segundo o Plano Diretor Participativo do Município de Fortaleza (PDPFor) atualmente em vigor, o Serviluz está inserido em uma ZEIS do tipo I, na qual as intervenções devem ser restritas à ações no sentido de: promover a regularização urbanística, a regularização fundiária, eliminar os riscos das ocupações em áreas precárias, efetivar o cumprimento social da propriedade, oferecer infraestrutura e equipamentos urbanos e por fim promover o desenvolvimento humano dos seus ocupantes.

Estamos tratando, portanto, da proposta de implementação de um grande projeto em um território em disputa, em um contexto de financeirização do planejamento urbano, que provoca nossa análise no tocante à dissociação das políticas urbanas e habitacional, às condições de inserção urbana dos grandes conjuntos, bem como aos processos de resistência locais.



As reflexões e análises aqui desenvolvidas inserem-se em um processo de pesquisa-ação¹ realizado pelo Laboratório de Estudos da Habitação (LEHAB/UFC), que, além da análise de planos e projetos através de documentos oficiais a eles relacionados, realizou entrevistas semi-estruturadas² com moradores e lideranças locais, acompanhou discussões públicas de processos de planejamento que diziam respeito àquela região da cidade, fez coleta e estudo de trabalhos acadêmicos sobre a comunidade, entrevistas com agentes públicos e participou de inúmeros momentos de discussão com os moradores.

2 O SERVILUZ QUE TEMOS - Caracterização da comunidade

2.1 Histórico da ocupação da costa leste/ formação da comunidade/ consolidação urbana e a permanência no local

Em 1840 já há registros da construção de um pequeno forte na região do farol do Serviluz. Na primeira metade do século seguinte, a área do Serviluz serve de refúgio para pescadores que moravam nas proximidades da Igreja de São Pedro, expulsos na ocasião da construção da Av. Beira Mar. Em 1946, a finalização da primeira etapa da construção do Porto do Mucuripe causou profundas transformações na dinâmica local, bem como a instalação da Gás Butano no Serviluz (1951), a qual seguiu-se a instalação de multinacionais.

Uma antiga anedota local dizia: “Aqui é o Serviluz, de dia falta água e de noite falta luz”, demonstrando que a chegada do “progresso” industrial no território não se refletiu em melhorias urbanas para os moradores. Entrevistas realizadas pelo LEHAB com alguns moradores confirmam:

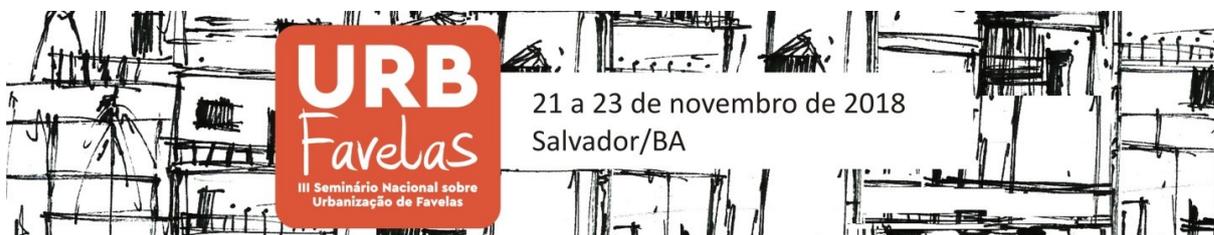
“A Estiva inclusive é uma das áreas mais antigas que tem de ocupação... porque os estivadores conseguiam com os pescadores incentivo tanto da Companhia Docas como da Capitania dos Portos pra ocuparem essa região, apesar de ser uma região que do ponto de vista do planejamento urbano é imprópria pra habitação, por conta da proximidade do mar e das empresas que são altamente explosivas...”

“os incrementos do progresso e de riqueza econômica se fizeram, muitas vezes, banhados no sangue dos trabalhadores locais”

Outro fato que merece ser registrado é a construção do Farol do Mucuripe, em 1961, que deslocou vários pontos de meretrício da cidade pro entorno do farol velho abandonado.

¹ A pesquisa-ação é, na verdade, uma intervenção social que não se limita apenas em descrever e teorizar sobre um problema social do cotidiano real das pessoas, mas em resolvê-lo, efetivamente, enquanto uma prática-teoria que transforma a realidade e contribui para a superação de uma situação-problema que gera sofrimento nas pessoas e suas implicações” (MELO, FILHO e CHAVES, 2016, p.159).

² Por questões de segurança e por não ter permissão de veiculação do conteúdo dessas entrevistas, decidimos por não divulgar a identidade dos entrevistados.



Cerca de 1300 mulheres saem da antiga rua da frente (Av. Beira mar) para trabalhar e morar lá.

A culminância do grande fluxo de trabalhadores pro bairro deu-se em 1965 com o fim da construção do Porto.

“A migração e caráter familiar da Praia Mansa refletiu-se diretamente no tipo de sociabilidade que se instaurou no bairro. Nesse lugar portuário, aparentemente marcado pela idéia da dispersão, o apego ao espaço e o convívio diário com a vizinhança se tornaram um grande valor social”

Em 1974 houve a remoção dos moradores da Praia Mansa pro Serviluz, quando a Companhia Docas fez a doação, para cada família, de um terreno de 12m de comprimento por 6m de frente e de material de construção (taipa). Com a posse do governador Tasso Jereissati, foram feitas 800 casas por mutirão. Registra-se nesta época o protagonismo feminino na organização e construção das casas.

Estava em pleno funcionamento o Banco Nacional de Habitação, mas este não promovia urbanização de favelas na época, somado à dificuldade de atender à baixa faixa de renda, então as doações de terra tentavam suprimir um pouco dessa lacuna.

Houve dois grandes incêndios na região, por conta das enchentes havia muitas epidemias de cólera e meningite e muitas crianças morriam de desidratação e diarreia. O Serviluz é um território marcado pelo embate constante com as forças da natureza – a maioria das ações comunitárias era canalizada na superação de problemas referentes às condições ambientais. Ao mesmo tempo, é dela que grande parte da comunidade retirou/retira sua subsistência.

2.2. Localização e entorno da área

A comunidade do Serviluz está situada na chamada costa leste, porção do litoral da cidade de Fortaleza que se estende da Praia Mansa à foz do rio Cocó. Inserida no chamado Grande Mucuripe, formado pelos bairros Mucuripe, Cais do Porto, Vicente Pinzon, Meireles, Varjota e Praia do Futuro I e II. A comunidade do Serviluz está precisamente dentro dos limites do bairro Cais do Porto, e é vinculada à Secretaria Executiva Regional II (SER II) na divisão político-administrativa do Município de Fortaleza. .

Pela dificuldade de estabelecer uma delimitação precisa para a comunidade devido às diferentes descrições dos moradores quando indagados sobre seus limites, optou-se por utilizar o polígono que cobre a comunidade na espacialização de assentamentos precários do



Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS, 2012). Neste, se tentou mapear a comunidade do Serviluz basicamente demarcada pela homogeneidade na morfologia urbana, e esta aparece delimitada por seus acessos viários e barreiras físicas: as avenidas Vicente de Castro, Zezé Diogo, e Ismael Pordeus, o Oceano Atlântico e o Porto do Mucuripe.

A principal das controvérsias, nas lutas simbólicas pela divisão do Serviluz, é saber se o Serviluz é uma *favela*, *comunidade* ou *bairro*. Pelo uso corriqueiro dos três termos pelos moradores, em contextos de interação e enunciação distintos, talvez fosse melhor falar de quando o Serviluz age, se posiciona e atua como favela, comunidade ou bairro. A alternância entre os termos bairro, comunidade e favela sugere-nos, do ponto de vista analítico, uma alternância entre as formas sociais do Serviluz. (SÁ, 2011, p.18)

O Serviluz é considerado isolado pelos moradores entrevistados, de certa forma, pois o único fator que o “integra” à cidade é a indústria e, ao mesmo tempo, é o que o desvaloriza. A Zona Industrial quebra a continuidade da Zona de Orla como área livre paisagística.

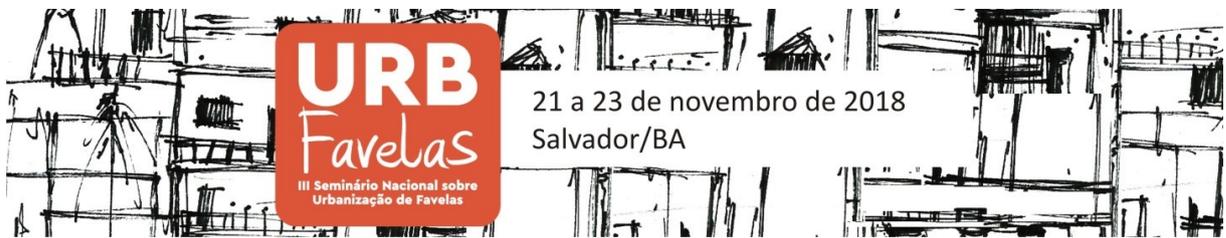
A presença do porto acarretou a implantação de infraestrutura de mobilidade, por exemplo, para escoamento das mercadorias, e também proporcionou a presença de atividades secundárias a ele relacionadas. E atraiu para o seu entorno ocupações, organizadas ou espontâneas, constituindo assim, o universo de moradias do Serviluz.

A partir das análises dos mapas elaborados com os dados do último censo do IBGE (2010) nota-se que praticamente todas as casas possuem água, energia elétrica, e lixo coletado. Nem todas, no entanto, são servidas pela rede geral, companhia distribuidora e empresas relacionadas a esses serviços. Já a rede geral de esgoto não cobre uma parte considerável da região. Os dados sobre equipamentos públicos de saúde e educação não foram levantados para o Serviluz, somente dentro de um raio de 500 metros do conjunto Alto da Paz.

De acordo com os dados do PLHIS (2012), a sua tipologia é “favela parcialmente em área de risco”. Possui um déficit por inadequação de 647 unidades.

O relatório final do Comitê das ZEIS (2013) traz as seguintes informações:

Esta ZEIS está localizada num território que compreende a SER II e o conjunto de seus assentamentos abrange uma área total de 343.247m², com estimativa de 108% da área ocupada com 305 imóveis e 13.462 habitantes. Constitui um total estimado de 3.304 famílias com renda média mensal do chefe da família de 1 a 2 salários mínimos e 62 famílias com renda média mensal do chefe de família de 2 a 3 salários mínimos. (...) A área da ZEIS está localizada em sistema geoambiental de terraços marinhos, parcialmente inserida em área de risco de desmoronamento e/ou soterramento, de ataque das ondas e erosão marinha, fora de APP e parcialmente inserido em faixa de praia, com estimativa de 564 imóveis nessa situação. (...) A área necessária para abrigar a demanda estimada por inadequação é de 100.285m², no caso de reassentamento horizontal, e de 28.307 m², se a indicação de reassentamento for verticalizada (4 pavimentos). (...) O índice de prioridade segundo o PLHIS (de 1 a 9)



é 2 para ambos os assentamentos, significando assentamento em área de risco ambiental ou em ZEIS.

Inserimos aqui um registro histórico da chegada do transporte público na comunidade, sintomático da dura luta cotidiana por melhorias urbanas:

(...) quando chegou o primeiro ônibus pra passar nessa linha aí foi uma animação muito grande, né. (...) Aí todo mundo foi lá pra pista pra comemorar. Aí o motorista sentiu-se muito feliz, um motorista mais feliz que aquele... Porque tiraram ele de dentro do ônibus nos braços, sabe? Era os homens, pescadores, sabe pescador como é que é, né? Eles se sentiam muito ruim quando chegavam do mar, né, do porto do Mucuripe pra cá, de pés, no escuro. Quando chegava aqui não dava nem pra saber direito qual era a sua casa de tão escuro que era, só a zuada do mar. Aí quando veio o ônibus aqui foi uma festa, uma coisa, uma festa... (Entrevista concedida por Maria Alves dos Santos para NOGUEIRA, 2006, p.118).

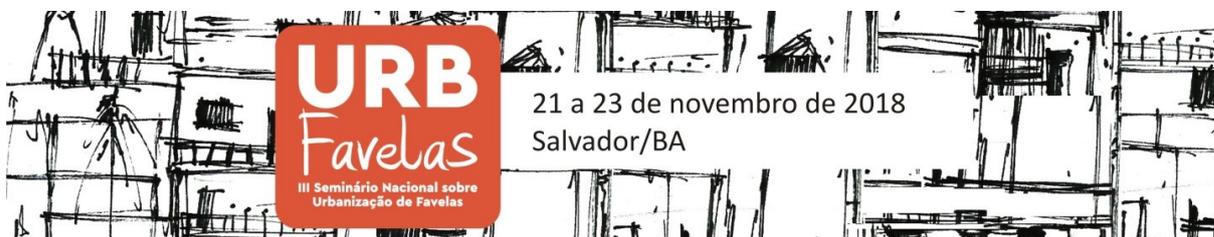
Albuquerque (2004) trata em seu artigo da importância da presença de escolas comunitárias no Serviluz,

A favela Titanzinho, situada no bairro Serviluz, chamou a atenção pela existência de cinco dessas escolas, situadas muito próximas umas das outras, numa distância variando entre 2 e 20 metros. Nelas funcionavam classes da pré-escola à quarta série, constituindo o único meio de acesso ao ensino, para a maioria dos filhos dos seus moradores (...) A suposição de que as cinco escolas comunitárias do Titanzinho poderiam estar constituindo um campo de defesa simbólico às ameaças ao esgarçamento do tecido social, representadas pela desordem urbana em que se encontravam envolvidas, também contribuiu para que se tomassem essas escolas como ponto central da pesquisa. (...) Diferentes das escolas públicas, essas diferentes unidades não possuem muros, não possuem grades, nem portões. Suas portas estreitas estão sempre abertas, ensejando a presença constante dos moradores, principalmente mulheres e crianças. (ALBUQUERQUE, 2004, p.189 e 190).

Sobre os equipamentos de saúde, a reclamação é de que o posto de saúde tem constante ausência de médicos, dentistas, e até falta de água. Houve uma reforma apenas na fachada.

Há uma carência de espaços estruturados para realização de atividades comunitárias; a demanda existente para o Campo do Paulista – única grande área “livre” dentro da comunidade – seria para algo como uma Vila Olímpica.

A ocupação da comunidade do Serviluz se deu de forma precária em uma porção do território remodelada com a alteração do balanço sedimentar causada pelos molhes do porto que redesenharam a linha de costa. E como é possível constatar a partir do padrão de implantação de várias outras ocupações subnormais na cidade, a opção de moradia para a população de baixa renda é normalmente longe do centro urbano ou em áreas de risco e fragilidade ambiental. Este segundo é o caso do Serviluz. A comunidade convive historicamente com ameaças de remoção, já que esta interrompe a continuidade do uso



turístico da orla de Fortaleza e apresenta boa conexão com duas grandes centralidades da cidade, o Centro e a Aldeota.

Como um dos resultados do Seminário O Serviluz que Queremos, organizado pela própria comunidade em fevereiro de 2010, foram listados mais de sete terrenos vazios à época (e alguns imóveis), para os seguintes usos preferenciais: moradia digna para as famílias que compõem o déficit; eventuais reassentamentos em virtude de intervenções de urbanização; centro cultural onde estaria a memória cultural do povo do Serviluz; escola de 2º grau; praça com área de lazer para crianças; centro de reabilitação para viciados em drogas.

Há áreas e imóveis específicos em situação de vulnerabilidade, principalmente por risco de inundação decorrente das marés, soterramento pela areia da praia, precariedade na estrutura do imóvel. Ao ser questionado sobre áreas de risco, um entrevistado fala, nesse momento, nas brigas de gangue, que também levariam à caracterização de moradia em área de risco, complementando que “com a areia e com o mar dá pra conviver”.

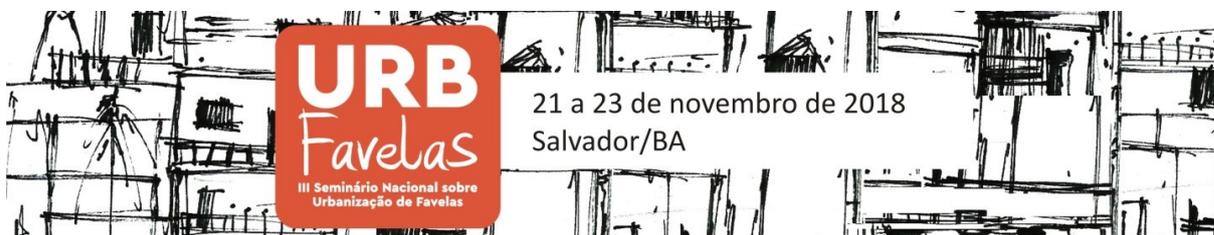
3. O SERVILUZ QUE QUEREMOS - Estratégias de resistência e organização local

O Serviluz é marcado por um relevante histórico de organização popular. Seu próprio surgimento enquanto comunidade está associado à vinda de famílias removidas da Praia Mansa, que com resistência e organização, receberam em troca alguns lotes e lá começaram a construir suas casas.

“Tudo foi o nosso trabalho, tudo foi a nossa luta mesmo. Coisa de doido, luta de andar com fome, luta de andar a pé, luta de andar sem carro, luta de chegar naqueles pés de castanhola e comer castanhola seca pra matar a fome... tudo isso a gente trabalhou... trabalhamos muito... Nós começamos também a formar a Federação (de bairros e favelas) naquele tempo...”

De lá pra cá, algumas vitórias foram obtidas, como a construção de escolas, posto de saúde e pavimentação de algumas ruas. A própria existência/resistência da comunidade é uma vitória, após sérias ameaças de remoção, principalmente por parte do poder público.

As décadas de 70 e 80 são consideradas como o início da organização comunitária para melhorias mais substanciais, através de trabalhos junto à colônia dos pescadores, da forte presença da Igreja, organização de grupos de mães, da atuação de missionários norte americanos na alfabetização de jovens e outras ações. A pós-redemocratização gerou, também, a multiplicação dos movimentos associativos no bairro (pastorais, coletivos ligados ao surf, ligas desportivas...).



Apesar do grande número de pessoas empregadas na estiva e nas fábricas, considera-se a atuação sindical de baixa intensidade, tendo esse tipo de organização social pouca relevância no que diz respeito à organização local.

Já o trabalho religioso - historicamente católico, mas agora já predominam os evangélicos – teve início com atividades assistenciais à época em que fervilhava a prostituição no entorno do Farol. Até hoje organizações e coletivos ligados a algumas igrejas realizam ações em alguns pontos do bairro.

Essa ação da Igreja no bairro é reportada pelos estudiosos da área como intimamente ligada ao princípio da organização comunitária local, inicialmente com a organização das mães em busca de alimentos e outros elementos básicos para a sobrevivência dos seus filhos.

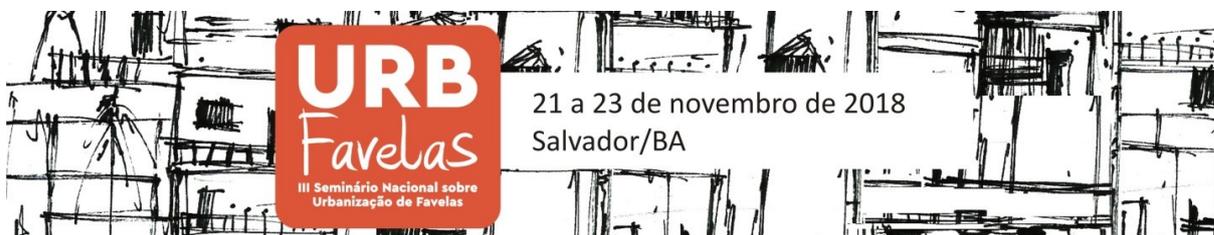
No período de 2001 a 2007, aproximadamente, houve o acirramento da divisão entre os territórios, gerando muitos conflitos, mortes de familiares e amigos por gangues e pela polícia. Tal cenário arrefece e recrudescer temporariamente e tem impacto na organização social local ao dificultar a circulação e os encontros.

A vida comunitária atual se realiza em diversas dimensões. Desde entidades mais tradicionais como as associações de moradores, até entidades esportivas, religiosas, culturais. Em 2003, segundo informação dada em uma das entrevistas, um levantamento de um militante de um partido político com relação com movimentos populares apontou mais de 30 tipos diferentes de associações populares. Mas são as associações de moradores que mais aparecem nos registros históricos diversos. Sobre isso, Nogueira (2006) afirma que

a visibilidade das associações ocorre porque, além do potencial de reivindicação, os seus membros conseguiam assimilar a compreensão da cultura escrita, o que possibilitou a abertura de novos canais de inserção (p.106).

Sobre pessoas e entidades referências na organização social atualmente, se identificam atuações junto às crianças e adolescentes, líderes religiosos, outro ligado à práticas mais institucionais como os Conselhos de Saúde, movimentos por moradia e infraestrutura urbana mais tradicionais e iniciativas mais atuais, como uma movimentação cultural em torno do Farol do Mucuripe e outros similares.

A atuação de algumas é questionada por possíveis ligações partidárias/empresariais, e outros, sem nem mesmo fazerem parte de alguma instituição, exercem uma boa capacidade de mobilização de esforços, as chamadas “lideranças naturais”. A contradição/tensão entre



interesses particulares, luta comunitária e acúmulo de capital político não é novidade nem no Serviluz nem em qualquer comunidade.

Algo que precisa ser registrado é a histórica demarcação territorial que, extraoficialmente, baliza a circulação e a convivência de grandes parcelas da comunidade. Há uns poucos anos atrás, este fator se tornou menos evidente e foi um período de uma maior liberdade de transitar pelas ruas. Hoje em dia, a escalada da violência na cidade de Fortaleza, a disputa entre as facções e as arbitrariedades policiais ocasionam um cenário de cuidado na realização de atividades, na circulação e construção de articulações locais.

Os principais territórios identificados são a Pracinha, a Estiva e o Titanzinho. Alguns entrevistados falam em subdivisões destes (Favela, Rastro, Rua do Bagulho, Sardinha, Final da Linha, Chez Pierre...), mas os principais são estes três.

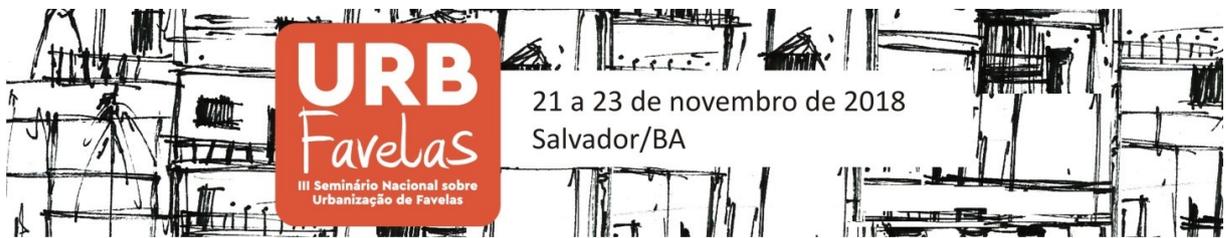
“Tem menino aqui que fez 16 anos e só conhece duas ruas do bairro... tem jovem que morreu com 15 anos e não conheceu o bairro que ele mora...”

Olhando para a história mais recente, um processo que ensejou uma resistência significativa foi a ameaça de construção de um Estaleiro no Serviluz que, por conta da organização de diversos segmentos da comunidade conseguiu barrar o projeto e vencer a vontade do Governo Estadual.

Outro episódio recente que diz respeito à organização local foi a mobilização em torno da escolha do Conselho Gestor da ZEIS do Serviluz, que após semanas de trabalho e mobilização, foi abortado por parte da gestão municipal de Luizianne Lins (PT) dias antes da eleição. Este fato levou a uma grande decepção das lideranças locais e uma consequente mobilização alternativa em torno da constituição de um Conselho Popular do Serviluz, com mais de uma dezena de representantes que funcionou por volta de um ano, e posteriormente foi enfraquecendo.

Atualmente, as diversas lutas comunitárias se dão de forma fragmentada e não há uma instituição, organização, entidade, articulação que possa ser colocada como representativa da comunidade como um todo, apesar de movimentações muito interessantes estarem acontecendo.

Ao observar os espaços de debate e disputa por políticas urbanas mais ampliados, como Fóruns e Redes, Conselhos, audiências públicas, espaços institucionais de participação,



representantes do Serviluz dificilmente são identificados, constatando-se assim um certo isolamento das lutas locais em relação ao resto da cidade.

As dinâmicas eleitorais também, de dois em dois anos, marcam as relações locais. Há uma falta de apoio generalizada às iniciativas comunitárias de arte, cultura, esporte, lazer, educação e os que resistem promovem suas atividades de maneira bastante precária mas são essenciais à preservação da história, identidade e possibilidades de resistência locais.

3.1 A ZEIS do Serviluz

Desde 2009 o Serviluz é reconhecido como Zona Especial de Interesse Social pela Lei do Plano Diretor (lei 062/2009). Este, no seu artigo 123, diz que

As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) são porções do território, de propriedade pública ou privada, destinadas prioritariamente à promoção da regularização urbanística e fundiária dos assentamentos habitacionais de baixa renda existentes e consolidados e ao desenvolvimento de programas habitacionais de interesse social e de mercado popular nas áreas não edificadas, não utilizadas ou subutilizadas, estando sujeitas a critérios especiais de edificação, parcelamento, uso e ocupação do solo.

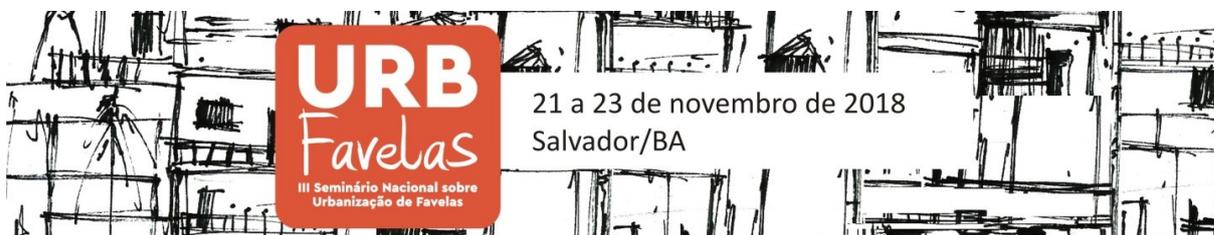
A lei do Plano Diretor traz os objetivos da ZEIS tipo 1 (zeis de ocupação, o caso do Serviluz):

Art. 127. São objetivos das Zonas Especiais de Interesse Social 1:

- I — efetivar o cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana;
- II — promover a regularização urbanística e fundiária dos assentamentos ocupados pela população de baixa renda;
- III — eliminar os riscos decorrentes de ocupações em áreas inadequadas;
- IV — ampliar a oferta de infraestrutura urbana e equipamentos comunitários, garantindo a qualidade ambiental aos seus habitantes;
- V — promover o desenvolvimento humano dos seus ocupantes.

No primeiro semestre de 2015, nove comunidades ZEIS, entidades da sociedade civil (dentre elas o LEHAB) e poder público, passaram a constituir o Comitê Técnico Intersetorial e Comunitário das Zonas Especiais de Interesse Social, instituído através do Decreto Municipal nº 13.241, de 21 de outubro de 2013, a fim de avançar na regulamentação deste instrumento. O seu relatório final traz um diagnóstico situacional e as questões sobre cada uma das áreas demarcadas como ZEIS no Plano Diretor Participativo de Fortaleza e na Lei Complementar nº 076/2010, que instituiu a ZEIS do Lagamar.

No que diz respeito ao Serviluz, registramos as seguintes informações: A ZEIS do Serviluz seria formada por dois assentamentos precários, quais sejam: Casa do Samba e comunidade Serviluz/Titanzinho, que são classificados como “consolidáveis com reassentamento”, devido à necessidade de intervenção com urbanização complexa. E que “esta ZEIS está localizada em área com alta aptidão para habitação de interesse social”.



Apesar da escolha da própria gestão municipal quanto à priorização da urbanização e regularização fundiária do Serviluz dentre os assentamentos precários da cidade nada foi efetivado. O que vemos, na verdade, são movimentações dos poderes públicos - ora de maneira pública, ora em processos velados - no sentido de garantir recursos para projetos de grande impacto no território, que não correspondem às necessidades locais, nem mesmo garantem a permanência da sua população atual. Vejamos em seguida como isso se desenha.

4. O SERVILUZ QUE QUEREM VENDER - Grandes projetos urbanos que impactam/ameaçam o Serviluz

4.1 Segregação ambiental, exclusão social e ações do poder público

Conforme temos visto, a ocupação do Serviluz se deu de forma precária em uma porção do território remodelada com a alteração do balanço sedimentar causada pelos molhes do porto que redesenharam a linha de costa. As ameaças de remoção marcaram a trajetória da comunidade em diferentes momentos, já que esta interrompe a continuidade do uso turístico da orla de Fortaleza.

Ao serem indagados sobre a relação da comunidade com as diferentes esferas de governo, os entrevistados revelam um distanciamento das instâncias públicas e uma desinformação sobre as obras previstas, em seus detalhes, impactos, prazos. Falam que escutaram falar de um “projeto de urbanização da orla”; da revitalização do Farol; que “vão eliminar as áreas de risco”. Alguns falam que vai ser sem remoção, outros com muitas remoções; perguntam “remover as casas pra fazer praça? Por que não mexem no Campo do Paulista?”, “a gente não acredita que algo de benefício possa remover tantas pessoas...”

Sobre a ameaça do Estaleiro eles souberam pela imprensa; já sobre o Aldeia da Praia houve algumas reuniões no bairro, mas os técnicos não sabiam detalhes, qual seria o impacto rua por rua. Uma das entrevistadas afirma que houve diálogo sim, que ela mesma “teve reunião com regional, com esposa do governador...” O prefeito também foi, apresentou o projeto, mas nada andou e até retiraram a placa que continha o valor e os prazos da obra.

Um dos entrevistados disse que quando soube do projeto, mapeou áreas para reassentamento e apresentou à prefeitura, mas foi desconsiderado.

“o Estado sempre chega lá querendo negociar de uma forma enganosa ou não querendo negociar, ou querendo fantasiar. Mas nunca leva a sério o que a comunidade quer... É uma coisa muito, sei lá, sei nem o que dizer... Eles querem impor o que eles querem... A gente vai levar as propostas da comunidade... Mas a



gente sabe que numa negociação os dois lados tem que ceder... mas a gente tem que ceder 90%... eles nunca tem que ceder 50%, a gente sempre tem que ceder mais... “

Na conversa sobre ameaças de remoção já sofridas, a percepção geral é que, de tanto que já ouviram falar que iriam ter que sair, já não creem mais. Mas os mais articulados afirmam que, caso haja algo concreto, “quando chegar o trator na porta das casas”, as pessoas não vão aceitar sair.

Gostaríamos agora de registrar algumas intervenções nos últimos dez anos (algumas a título apenas de projeto/tentativa) do Poder Público na área:

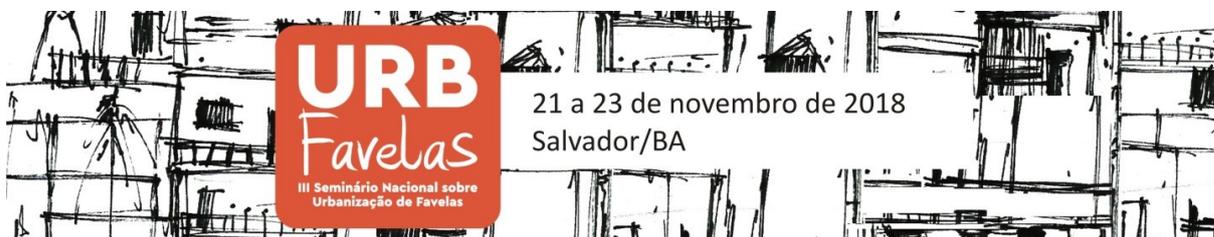
4.2 PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DA ORLA MARÍTIMA (PROJETO ORLA) (2006)

O Projeto Orla é uma iniciativa no âmbito do Governo Federal, conduzida pelo Ministério do Meio Ambiente e pela Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP/SPU) que buscava promover a articulação dos diferentes atores, a compatibilização das políticas nos três âmbitos de governo e a descentralização da gestão da orla, ficando o município responsável pela condução dos Planos de Gestão Integrada da Orla Marítima de Fortaleza. Dele participou uma equipe técnica municipal formada por técnicos ligados ao gabinete da prefeita à época, Luizianne Lins, à SEMAM, Habitafor, SEINF, SEPLA e Secretarias Regionais I e II, mais técnicos do governo do Estado, Governo Federal (GRPU e Docas) e uma série de entidades da Sociedade Civil (instituições relacionadas ao patrimônio histórico, artístico e cultural, às questões fundiárias, à economia, ao lazer e ao turismo).

Na concepção do projeto, o tema da regularização fundiária aparecia como fundamental, sendo Fortaleza a primeira capital em que o Projeto Orla incorporou o Programa Nacional de Regularização Fundiária dos Assentamentos Informais em Imóveis da União. Havia ainda a previsão da parceria do INSS, da SPU e da RFFSA com vistas à destinação de imóveis ociosos a programas habitacionais de interesse social e regularização fundiária.

Dentre seus vários objetivos específicos, gostaríamos de deixar registrado este: “definir novos critérios e parâmetros que aperfeiçoem o uso e ocupação do solo da orla, tendo como consequência a melhoria da qualidade socioambiental da orla marítima de Fortaleza”.

O projeto dividiu a orla de Fortaleza em 5 unidades de paisagem e 17 trechos, sendo os correspondentes à área objeto deste dossiê o seguinte: UNIDADE III – Do Mercado de



Peixes do Mucuripe até ao Serviluz; Trecho 4 – Do molhe do Titanzinho até o fim do Serviluz (Rua Ismael Pordeus)

Destes 17 trechos, foram escolhidos 4 como prioritários para intervenção, sendo um destes o trecho 4, acima detalhado.

Para este trecho, o relatório final do projeto traz as seguintes informações:

Situação tendencial: Continuidade no processo de transporte de sedimentos, acréscimo da faixa de praia por acúmulo de areias carreados pelos ventos, ondas e marés, soterrando cada vez mais o Serviluz. Surgimento de barracas de praia e construções de moradias nas áreas acrescidas (de uso comum do povo). Tendência de verticalização das unidades habitacionais. Depreciação da área com a baixa qualidade de vida e dos serviços públicos existentes. Desqualificação do Patrimônio Histórico (Farol do Mucuripe) e ocupação mais intensa do seu entorno.

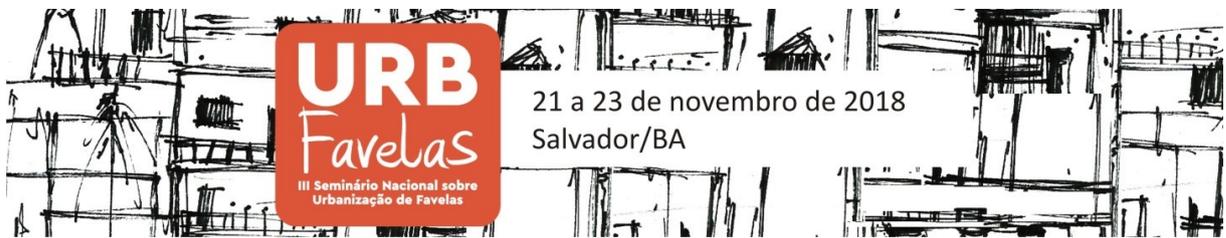
Situação desejada: Garantida a harmonia da comunidade com o meio ambiente, através da requalificação da área concluída, associada com uma política habitacional sustentável implantada e regularização fundiária efetivada. Patrimônio histórico (Farol do Mucuripe) revitalizado e alcançado bons índices de trabalho e renda. Parque de tancagem com os procedimentos ambientais e sócio-econômicos definidos de forma participativa. Área com assentamento das populações deslocadas das áreas de preservação permanente e de risco (dunas e praia). Potencialidades para as atividades industriais efetivadas. Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) definida e implantada (FORTALEZA, 2006).

4.3 PROJETO FORTALEZA ATLÂNTICA/PRODETUR (2009):

O Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur Nacional) tem/tinha como objetivo promover a integração, urbanização e o reordenamento da faixa litorânea e foi lançado em outubro de 2009 em Fortaleza, contando com US\$ 100 milhões, sendo US\$ 50 milhões de financiamento da Corporação Andina de Fomento (CAF) e US\$ 50 milhões de contrapartida. O recurso vinha como apoio à preparação da cidade para a Copa de 2014 e previa a integração da Beira Mar com a Praia do Futuro. Isso, segundo uma fala da prefeita à época, seria com um novo olhar para o turismo em Fortaleza e no Ceará, com base no desenvolvimento sustentável e na distribuição de renda para a população local.

O projeto de Fortaleza é a primeira proposta de financiamento da CAF – novo agente financiador do Prodetur Nacional junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – aprovada pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofix) do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão. A cidade tem o prazo de cinco anos, a partir de 2010, para aplicação dos recursos. (trecho de reportagem no site do Ministério do Turismo de 29 de outubro de 2009)

Antes deste acordo, no que dizia respeito à região do Serviluz e entorno, estava prevista a construção de um “ícone para a virada do milênio”, na Praia Mansa, rodeado por um complexo de lazer e cultura, hotéis, restaurantes, etc, nunca concretizado. Este projeto,



denominado de “Portal Atlântico” foi inclusive objeto de concurso público em 1997, tendo como vencedor os arquitetos José Nasser Hissa e Antonio Campelo.

Segundo Fernandes (2012)

... a Secretaria de Turismo do Estado do Ceará, em parceria com a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), o Centro Industrial do Ceará (CIC), o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e o Plano Estratégico de Fortaleza (PLANEFOR), lançaram em 1998 o Projeto Fortaleza Atlântica, um programa que pretendia concentrar esforços na transformação de Fortaleza numa espécie de Portal do Atlântico, incluindo-a no rol de cidades modernas e bem equipadas, resgatando o contato franco com o meio aquático por meio de intervenções urbanas em áreas degradadas ou que se encontravam com o acesso ao mar bloqueado (BARBOSA, 2006 *apud* FERNANDES, 2012, p.204).

O Projeto Fortaleza Atlântica, em si, foi proposto por uma Fundação de mesmo nome, oriunda de entidades de classe e órgãos do poder público. De acordo com Vasconcelos (2005),

Portanto, constava de um projeto que reforçaria a cidade de Fortaleza como centro receptivo e de distribuição de fluxos turísticos. Seria mais uma ação no sentido de transformar, mais ainda, a zona litorânea da capital cearense, reforçando a lógica capitalista de apreensão e comercialização. Dessa forma, seguindo essa lógica, a Fundação Fortaleza Atlântica efetuará mudanças estruturais na orla de Fortaleza (p. 113).

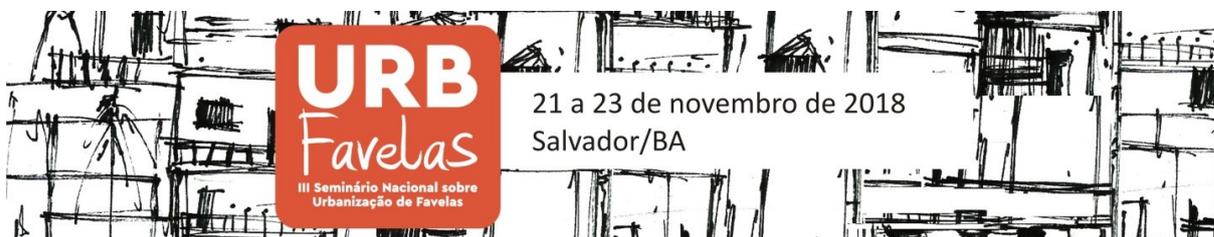
O projeto contemplava parte da orla da cidade, dividida em 3 “clusters”. No “cluster” que compreendia o Serviluz, previa-se a recepção de transatlânticos no Porto; a urbanização da praia Mansa, incorporando a construção de um aquário, um museu, um centro de reabilitação da vida marinha e um centro de serviços e negócios; e o reordenamento da área que contempla a comunidade do Serviluz.

Tal trecho de Fernandes (2012) evidencia as reais intenções de projetos deste perfil, pra área do Serviluz:

O projeto Fortaleza Atlântica pretendia a urbanização de 23km da orla marítima de Fortaleza. (...) O pressuposto básico do projeto era a mudança do quadro social e econômico de áreas litorâneas como o Serviluz e o Pirambu que, apesar de ocupadas por populações de baixa renda, aparentavam enorme potencial como recurso para o lazer e para o turismo, além de figurarem como vetores potenciais de expansão dos empreendimentos imobiliários realizados na Beira Mar e na Praia de Iracema (BARBOSA, 2006; DANTAS, 2002)" (p.205)

Tal projeto não foi efetivado e parte das suas propostas retornam em forma de outras intervenções.

4.4 ESTALEIRO (2009/2010):



Em 2009, o Governo do Estado sinaliza a decisão de construção de um Estaleiro no Serviluz, para construção de navios gaseiros e embarcações de apoio marítimo, com investimento previsto da ordem de US\$ 110 milhões, sendo R\$ 60 mi destes em contrapartida do governo. Neste mesmo período, a gestão municipal negociava recursos do Programa Regional de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur/MTur) para o Projeto Aldeia da Praia.

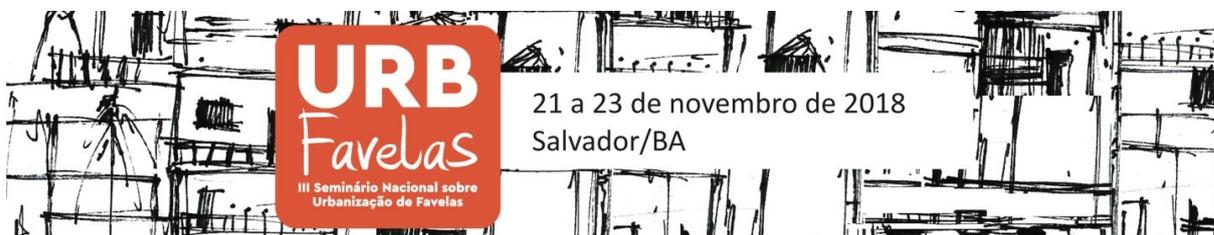
Conforme divulgado pelo Governo do Estado do Ceará, a localização do Estaleiro no Mucuripe/Serviluz apresentaria as melhores condições por não haver necessidade de desapropriar nenhum imóvel e, sobretudo, por possibilitar à população local oportunidade de emprego (1200 empregos diretos e mais de 5 mil indiretos). Mas o projeto foi desde o seu anúncio alvo de repercussões negativas por vários segmentos.

Em um parecer técnico do Ministério do Meio Ambiente, sobre Implantação do Projeto Orla em Fortaleza e seus desdobramentos nos planos e projetos promovidos pelos governos do Estado e Município, de 2010, se coloca a crítica da forma em que a proposta do Estaleiro surge. Fazendo referência ao Estaleiro, mas também à proposta de construção do Acquario do Ceará na Praia de Iracema, diz: "Tais projetos têm repercussão direta nas ações do Projeto Orla, entretanto até o momento não há uma discussão nas instâncias que foram fomentadas pelo projeto (comitê gestor e CTE) e que demandarão posicionamento das três esferas responsáveis pela implantação do Projeto, ou seja, da Prefeitura, da Coordenação Estadual (CONPAM e SPU/CE) e da Coordenação Nacional (MMA e SPU). (...) Assim, as propostas apresentadas para a região do Serviluz não podem passar ao largo dos arranjos institucionais estabelecidos pelo projeto Orla..."

O documento termina com recomendações no sentido de obediência ao definido no Projeto Orla e aumento do diálogo entre os três entes federados.

A gestão municipal, à época, também se colocou fortemente contra a instalação do projeto no Serviluz e movimentou-se no sentido de formulação de um projeto chamado Aldeia da Praia, com similaridades com o projeto ora em execução no Pirambu, chamado de Vila do mar.

Houve uma grande mobilização local de repúdio ao projeto do Estaleiro, com reuniões locais, produção de materiais, divulgação de cartas abertas assinadas por diversas entidades locais e apoiadores afins.



A imprensa também deixa transparecer algumas resistências ao projeto. Em coluna publicada no dia 20 de fevereiro de 2010, de autoria de Eliomar de Lima, reproduzindo artigo do diretor do Sindicato Nacional dos Bacharéis em Turismo e Hotelaria e Profissionais de Turismo (Sindicaturismo), professor Dardano Nunes de Melo (2010), que assim finaliza:

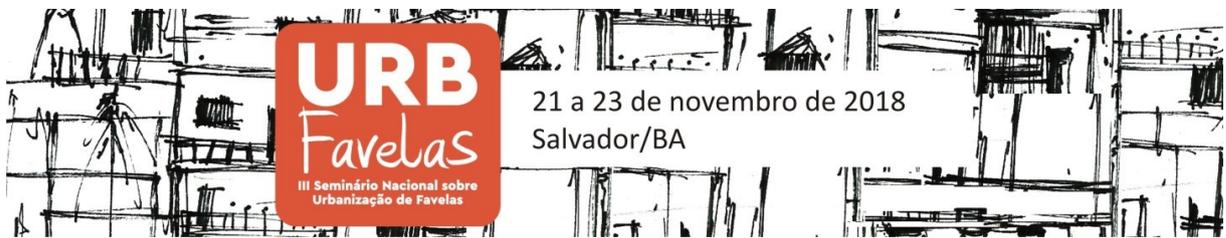
O dinheiro público investido no Estaleiro é de todos, mas os grandes beneficiários são poucos, ou seja, aqueles que o projeto interessa. Muito mais interessante e turisticamente mais aproveitável e barato seria intervenções urbanísticas no Riacho Maceió (Varjota) e riacho Pajeú (Centro), com a desapropriação dos terrenos laterais para a construção de comércio 24h, centros de entretenimento, construção de passarelas como as castelhanas em Madrid, etc. Assim não haveria esgotos a céu aberto nas áreas turísticas da cidade. A construção do estaleiro será uma disfunção urbana de uma cidade turística

Em maio de 2010, também nesse teor, houve a coluna do arquiteto e urbanista Fausto Nilo, intitulada “Estaleiro ou vida urbana compartilhada?”. O Instituto dos Arquitetos do Brasil – Departamento Ceará (IAB/CE) considerou “inadequada a proposta de implantação do Estaleiro PROMAR na praia do Titanzinho”, expondo diversas razões em um documento publicado em 22 de março de 2010.

Assim, o governo do Estado recuou e desistiu da instalação do Estaleiro no Titanzinho, sendo essa uma grande vitória da comunidade, lembrada por todos os entrevistados.

Diante de todos esses projetos e tentativas de intervenção pública, registramos que o Plano de Gestão Integrada da Orla de Fortaleza/CE apontou como principais necessidades a regularização fundiária e saneamento básico para a melhoria da qualidade de vida das populações e das atividades relacionadas como a pesca, lazer, turismo e biodiversidade. As diretrizes do Projeto Orla foram acolhidas na Lei do Plano Diretor.

A despeito disso, em comum entre os projetos acima citados previstos para a região do Serviluz, foram constatadas a desconsideração do diálogo com a comunidades, desde a concepção dos mesmos; a dissociação dos projetos com os processos de planejamento; a não utilização dos instrumentos do Estatuto da Cidade presentes no Plano Diretor de Fortaleza que pudessem garantir a permanência dos moradores originários (segurança da posse); um perfil de ações que levam a um processo de gentrificação da área, bem como a previsão de remoção de um grande número de famílias do local; e se desenha com esse tipo de intervenção do Estado um grande beneficiamento do capital imobiliário, na medida em que promove uma “limpeza” de uma grande região, bem localizada e infraestruturada da cidade.



O discurso oficial fala de um turismo diversificado, visando garantir um desenvolvimento integrado e sustentável da zona costeira cearense. A propaganda, no entanto, não consegue esconder a fragilidade em que se encontram os atores locais diante do avanço desenfreado do turismo de proporções globais, pois, ao invés de promover o crescimento econômico das localidades, resulta em degradação ambiental, favelização, desemprego, decadência da pesca artesanal e o desaparecimento das manifestações populares (NOGUEIRA, 2006, p.55)

4.5 O QUE ESTÁ POR VIR (2017/2018)

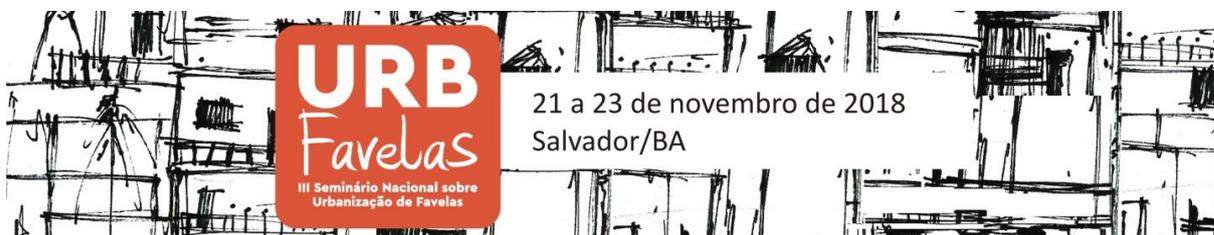
Pensar as intervenções executadas e previstas no litoral e no Serviluz, é antes de tudo entender que esta área, próxima ao principal eixo de expansão do mercado imobiliário, há muito tempo, é vista nas alianças do Estado com o capital privado como uma fonte para aumentar a exclusão e liberar essa parte do litoral para livre atuação do setor imobiliário. Registros deixam claro que já em 1948, devido à escassez de recursos públicos disponíveis, o grupo chamado de “amigos da cidade” contribuiu com Cr\$ 10.000,00 para financiar desapropriações e derrubadas de casas no trecho da Praia de Iracema, com o objetivo de facilitar a construção de uma avenida em direção ao porto (CAVALCANTE, 2017, p.147).

Nos últimos anos, alianças entre os setores público e privado constituem uma forma cada vez mais significativa de garantir reestruturações urbanas, há muito almeçadas pelos investidores. Uma das mais expressivas e que, a longo prazo, pode acarretar em grandes mudanças urbanas foi a construção de um novo farol na região.

Inaugurado em 2017, o novo equipamento, construído através de uma parceria entre a Marinha do Brasil e o Grupo Empresarial J. Macêdo, possibilitou um aumento de 30% do gabarito previsto para a região (RAMIRES, 2017).

A própria fala do prefeito Roberto Cláudio deixa clara as intenções dessa obra, uma vez que para ele:

O farol é um limitador de gabarito para o desenvolvimento urbano desta área da cidade. Com o aumento desse gabarito, a gente vai poder estabelecer novas operações urbanas consorciadas, vai poder ter atividades diversas e atrair muito mais investidores (RAMIRES, 2017).



Podemos associar ainda uma outra dinâmica que possivelmente acarretará em uma valorização ainda maior para a região: a transferência do parque de tancagem (armazenamento de combustíveis) do Porto do Mucuripe para o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (Cipp), no município de São Gonçalo do Amarante. Essa transferência liberará uma grande quantidade de terra para livre atuação do setor imobiliário.

Ainda é importante citar que em dezembro de 2017 foi feita a cessão da gestão da orla do município da União para este ente federado, motivo de grande preocupação para quem acompanha o perfil de atuação da gestão municipal.

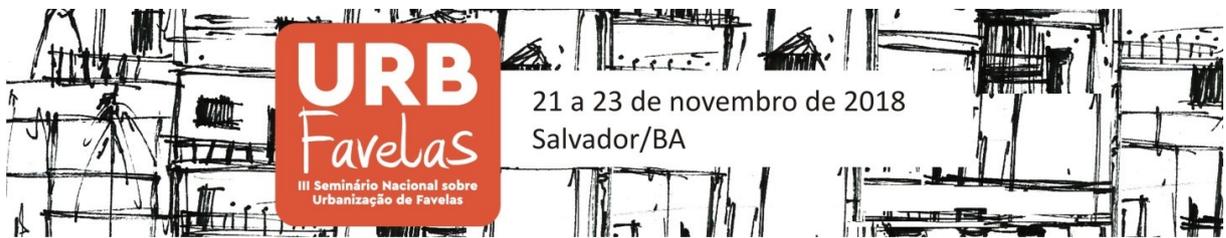
Nesse sentido, a prefeitura de Fortaleza vem prospectando Parcerias público-privadas para a região através de duas frentes. A primeira dela consiste no Plano Fortaleza 2040, um planejamento estratégico que tem por objetivo organizar a cidade a partir de um horizonte de mais de 20 anos. Cabe destacar ainda que o plano centraliza suas intervenções em possíveis operações urbanas consorciadas, como fica claro no próprio plano.

Em sua elaboração o Plano Mestre Urbanístico e de Mobilidade Fortaleza 2040 considerou estas demandas e incluiu as indicações de futuras intervenções e reurbanizações, com as respectivas localizações e demonstração de seus efeitos positivos na rede hierárquica das futuras conectividades. Os componentes deste sistema estão representados em mapa onde se confirmam também os dados estimados sobre custos de investimentos nestes futuros empreendimentos que poderão ser desenvolvidos na forma de Operações Urbanas Consorciadas (OUC). (FORTALEZA, VOL 3.2, p. 2010).

De forma omissa, proposital ou não, o plano não dialoga sobre processos de governança que visem manter as pessoas afetadas na área, muito menos evitar processos especulativos ou gentrificantes. Mas, agindo numa perspectiva contrária, estabelece as Parcerias Público-Privadas e as Operações Urbanas Consorciadas como principais possíveis mecanismos de implementação desses projetos.

O projeto específico para a região previsto no Fortaleza 2040 pode ser observado a seguir.

Figura 02: Plano específico do Mucuripe.

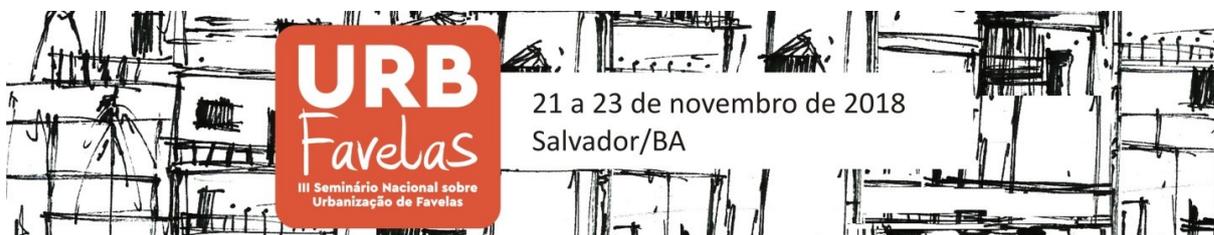


Fonte: FORTALEZA (2016, v3.1, p95).

A intervenção consiste na completa subtração do Titanzinho, uma comunidade que está presente na ZEIS Cais do Porto e que margeia a ZEIS do Serviluz, para a criação de uma imensa praça.

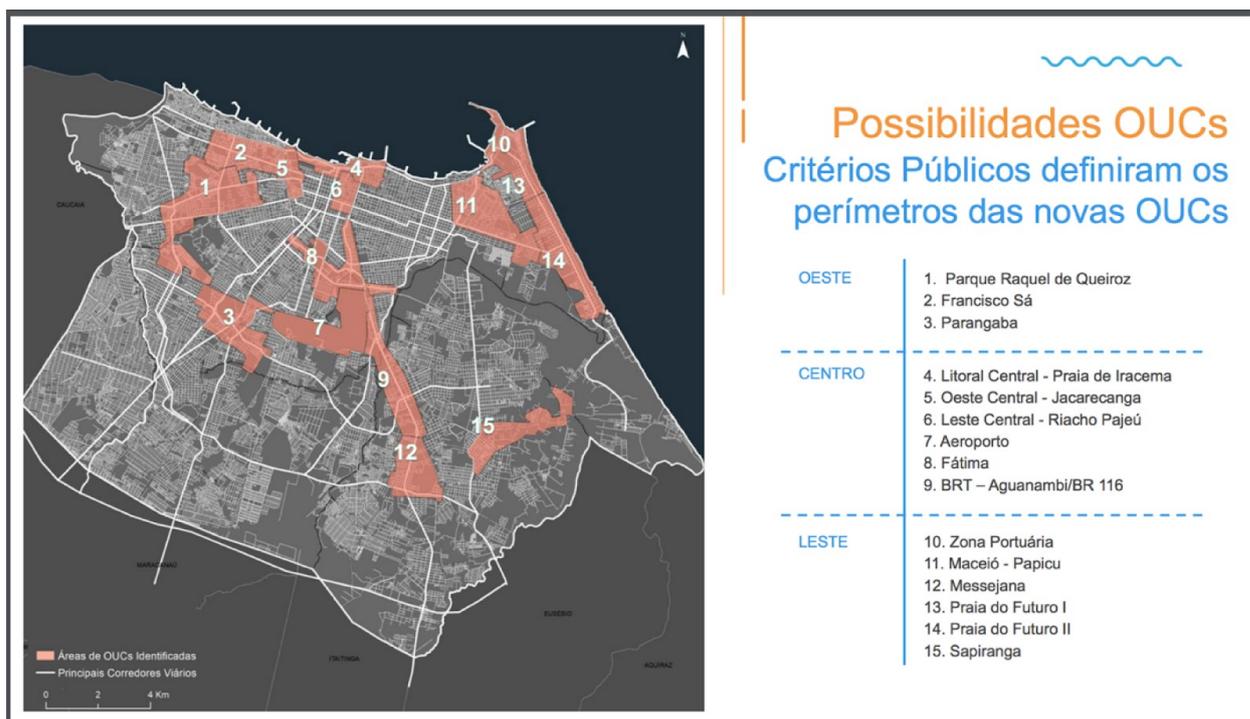
Fica evidente, também o perfil do público atendido por essa intervenção, uma vez que a grande maioria dos padrões habitacionais estabelecidos consistem em tipologias de 90 e 130 metros quadrados, claramente não voltada para os removidos com a construção da praça. Além da proposta de uma tabula rasa em praticamente toda a região, o plano ainda propõe a criação de uma zona institucional, chamada de “coração de bairro” onde se concentrariam os serviços oferecidos pelo poder público à população. Entretanto, nessa área está sendo construído um conjunto habitacional para atender os removidos de outras ações da prefeitura, como os atingidos pela construção do Veículo Leve sobre Trilho e do próprio Aldeia da Praia. A falta de diálogo entre os técnicos que fizeram o plano, ligados ao Instituto de Planejamento Urbano de Fortaleza (IPLANFOR) e os de outros órgãos, talvez, seja um dos fatores que mais descredenciam todo o plano, uma vez que em várias situações o plano parece ignorar e esquecer intervenções realizadas pela própria prefeitura.

É na realização do Projeto Cidade Sustentável, financiado pelo Banco Mundial, que as



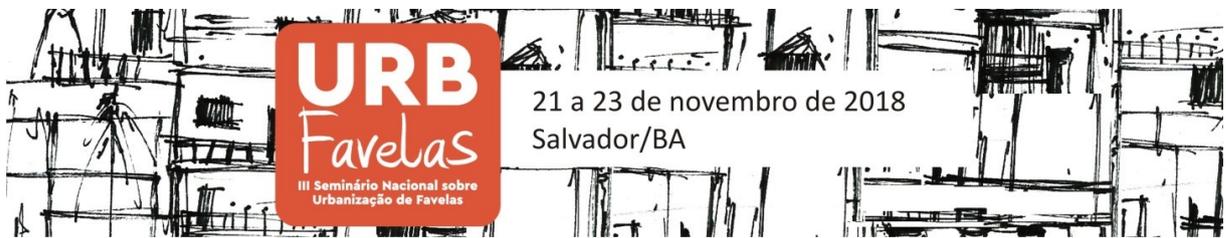
PPPs têm seu ápice e consolidação. Nele há previsão de R\$ 1.140.000 para a contratação de uma consultoria para a identificação de áreas com potencial para receber OUCs – o resultado foi incorporado ao Programa Fortaleza Competitiva, desenvolvido pela SEUMA. O Programa tem como objetivo consolidar o incentivo e a articulação entre as esferas pública e privada para criar um ambiente atrativo para novos negócios e empresas, sendo parte integrante de programas como o Fortaleza 2040. Nele, sobressai-se o resultado o estudo “Novas Oportunidades para Operações Urbanas Consorciadas em Fortaleza”, que resultou no seguinte mapa:

Imagem 3: Novas operações urbanas através do Fortaleza Competitiva.



Fonte: Fortaleza (2017).

Fica claro, portanto, a existência de uma possível operação para a região, identificada como OUC Zona Portuária, mas que não se sabe é como esta ocorrerá, quem será impactado ou quais os principais condicionantes.



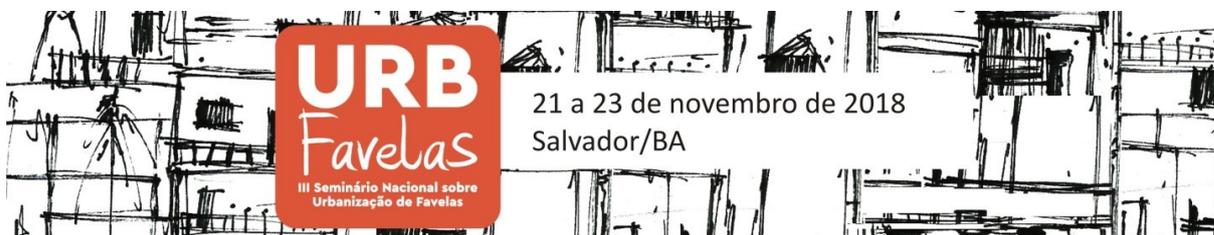
CONCLUSÃO

Se historicamente o Serviluz acolheu pessoas removidas de outros locais da cidade, hoje assiste seu território ser modificado e alvo de inúmeras ações para o desenvolvimento da cidade. Desenvolvimento esse que privilegia alguns setores e agentes da sociedade e que não dialoga com as pessoas moradoras de locais que, assim como a comunidade, são enquadrados como zonas de risco.

Estamos inseridos num tempo cada vez mais acelerado e parece que alguns não estão assombrados pelo futuro incerto. Em tempos onde projetos para 2040 se tornam comuns, surgem promessas de um modelo de desenvolvimento urbano baseado em melhorias sociais, superação de qualquer barreira econômica e bons prognósticos. Promessas que estão descoladas de qualquer exequibilidade e noções básicas de efetividade. Em suas entranhas, tais projetos escondem fragilidades teórico-metodológicas, pensamentos lineares unidirecionados e um olhar míope para o horizonte. Escondem, também, desejos e intenções de grandes grupos econômicos.

Tendo em vista as reflexões inseridas neste artigo, considerando o perfil e os efeitos das grandes intervenções previstas no Serviluz, propensas a causar graves impactos na vida da população pré-existente e remanescente na comunidade, apontamos algumas recomendações:

- a atuação do poder público deve-se pautar pelo interesse público/coletivo, e não pela execução de projetos que favorecem a especulação imobiliária e pela adoção de um modelo de cidade que privilegia grandes empreendimentos;
- deve haver a divulgação e disponibilização das informações detalhadas sobre programas e projetos, seu custo, prazos, impactos e alternativas consideradas, em linguagem acessível para todos os moradores impactados;
- os projetos propostos devem ter a preocupação com a preservação da cultura, da economia local e da organização comunitária, primando pela permanência das populações tradicionais, buscando todas as alternativas possíveis para evitar a remoção involuntária de famílias;
- projetos que tragam grande impacto socioambiental e a necessidade de remoção de famílias devem contemplar o estudo de alternativas menos danosas, a negociação e a



mediação cautelosa com a presença do poder público em suas diversas esferas e de entidades da sociedade civil de apoio às comunidades;

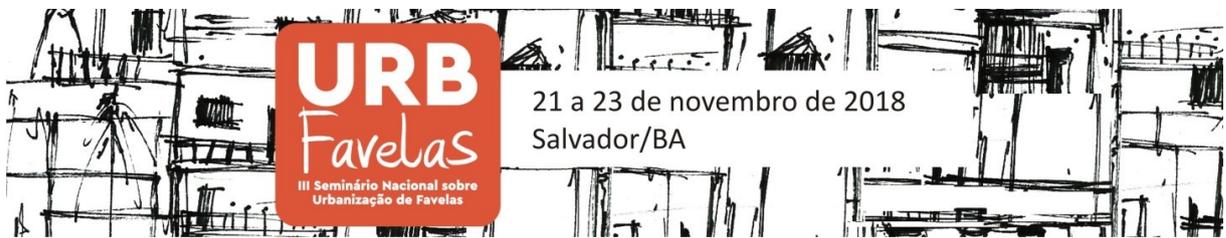
- ao se considerar a dimensão turística da intervenção, deve ser garantida a efetiva inclusão da comunidade local no processo e participação nos seus benefícios através da cessão de infraestrutura e qualificação profissional da população remanescente;
- o fato da comunidade ser ZEIS deve ser respeitado acima de tudo, garantindo assim o controle social sobre as ações propostas – ações estas previamente aprovadas pela comunidades – e o cumprimento do previsto no PIRF (Plano integrado de Regularização Fundiária), fazendo reconhecer o direito humano fundamental à moradia adequada inclusive no que diz respeito à segurança da posse;
- as intervenções que dizem respeito à obras viárias devem ser pensadas de modo a permitir melhor acesso e circulação interna na comunidade, acima do interesse no aumento da circulação de veículos de fora;
- o Poder Público deve propor obras que busquem atender às demandas prioritárias da comunidade. No caso do Serviluz, já há vários processos em que as necessidades locais foram explicitadas (como as deliberadas no seminário Serviluz que queremos);
- os espaços livres existentes dentro da comunidade devem ser requalificados para proporcionar aos moradores uma melhor qualidade de vida, e não visando precipuamente a atração de pessoas de outros bairros e cidades;
- o poder público deve efetivar uma política de utilização dos vazios urbanos para habitação de interesse social, a fim de amenizar os impactos sociais locais de projetos como estes.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M.L.M. **Escola comunitária**: a encruzilhada entre a favela e a cidade. Linhas críticas, Brasília, v.10, n.19, jul/dez 2004.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Projeto orla: manual de gestão. Brasília: MMA, 2006. 88 p.

CAVALCANTE, Beatriz. Publicado edital para transferir tancagem para o Pecém. **O Povo**, 23 nov. 2017. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/jornal/economia/2017/11/publicado-edital-para-transferir-tancagem-para-o-pecem.html>>. Acesso em: 27 jun. 2018.



CAVALCANTE, Eider de Olivindo. **Os meandros do habitar na metrópole:** expansão urbana e controle territorial na produção do litoral de Fortaleza. 2017. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

FERNANDES, F.R.C. **A frente marítima da área central de Fortaleza e a revalorização do projeto urbano como instrumento de intervenção.** 2012. Tese (Doutorado) - Doutorado Interinstitucional em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2012.

FORTALEZA, Prefeitura Municipal. **Plano Fortaleza 2040:** cidade conectada, acessível e justa / Prefeitura Municipal de Fortaleza. v. 3; parte I. Fortaleza : Iplanfor, 2016.

FORTALEZA, Prefeitura Municipal. **Plano Fortaleza 2040:** cidade conectada, acessível e justa / Prefeitura Municipal de Fortaleza. v. 3; parte II. Fortaleza : Iplanfor, 2016.

FORTALEZA, PREFEITURA MUNICIPAL DE. Plano Local de Habitação de Interesse Social, 2011.

GEOLOGIC. Avaliação Ambiental Estratégico (EEAA). Fortaleza, 2011.

LIMA, E.V.. **Das areias da praia às areias da moradia:** um embate socioambiental em Fortaleza- CE. 2005. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

MELO, S. E. D.; FILHO, O. N. M.; CHAVES, H. V. **Lewin e a pesquisa-ação:** gênese, aplicação e finalidade. Fractal: Revista de Psicologia, Nitéroi, 28:1, jan/abr 2016. 153-159.

NOGUEIRA, A. A. **Fogo, vento, terra e mar:** migrações, natureza e cultura popular no bairro Serviluz em Fortaleza (1960-2006). São Paulo: PUC de São Paulo: Mestrado em História Social: Dissertação de Mestrado, 2006.

RAMIRES, A. R. Tamanho de novo farol do Mucuripe permitirá construções mais altas. **O Povo**, 19 set. 2017. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/jornal/cotidiano/2017/09/tamanho-de-novo-farol-do-mucuripe-permitira-construcoes-mais-altas.html>>. Acesso em: 2018 jun. 27.

SÁ, L. D.; BARREIRA, C. **Favela, comunidade ou bairro?** A espacialização das relações sociais na perspectiva de jovens surfistas do Titanzinho. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 35., 2011, Caxambu. Anais. Caxambu: Anpocs, 2011.